

Cristianismo e racionalidade política moderna em Michel Foucault¹

Marco Antônio Sousa Alves²
(UFMG – Belo Horizonte – MG – Brasil)
marcofilosofia@yahoo.com.br

Resumo: Baseado em *Do governo dos vivos*, curso ministrado por Michel Foucault em 1980 no *Collège de France* e publicado apenas recentemente, em 2012, o artigo pretende acompanhar a leitura realizada do cristianismo primitivo e sua relação com a racionalidade política moderna (lembrando que, na visão de Foucault, regimes de verdade estão sempre articulados a regimes de poder). Assim, Foucault estuda diversos procedimentos de manifestação da verdade e uma série de práticas e dispositivos (como o batismo, a confissão, a penitência e a direção de consciência) que constituem a subjetividade cristã e, por consequência, a subjetividade ocidental. Em sua leitura, Foucault ressalta duas obrigações básicas para o funcionamento do poder pastoral (que tenderá a extrapolar o campo das práticas religiosas para invadir o domínio da política na modernidade): obedecer completamente (nada querer por si mesmo) e nada esconder (dizer tudo sobre si mesmo).

Palavras-chave: Foucault; Cristianismo; Racionalidade Política Moderna; *Do governo dos vivos*.

1. Considerações iniciais

O objetivo deste artigo é apresentar a leitura que Foucault fez do cristianismo primitivo no curso *Do governo dos vivos*, ministrado no *Collège de France* em 1980, mostrando como algumas de suas práticas, características do pastorado, teriam sido apropriadas politicamente na modernidade, por volta dos séculos XVI e XVII, dando forma a uma nova arte de governar. O interesse de Foucault pelo cristianismo, ou mais exatamente pelas práticas cristãs, em especial nos monastérios, insere-se em uma pesquisa mais ampla sobre o processo de elaboração da subjetividade do homem ocidental, no qual se articula os domínios da subjetividade, da verdade e do poder. O cristianismo é estudado por Foucault na perspectiva de uma história do sujeito, com seus efeitos de poder e de verdade.

Para enfrentar essa intrincada e ampla questão, este artigo tratará inicialmente da presença do cristianismo no pensamento de Foucault, procurando ressaltar como ele é abordado e por que Foucault direcionou seus estudos para esse tema. Em um segundo

¹ Uma primeira versão deste texto foi apresentada na Universidad de la República, em Montevideu, no Uruguai, no dia 27 de maio de 2016, sob o título “Foucault, cristianismo y racionalidade política moderna”, no seio do evento *Diálogos & Disputas: Filosofía, Religión, Política*.

² Doutor em Filosofia pela UFMG. Pesquisador de Pós-Doutorado (PNPD/CAPES) em Filosofia na UFMG.

momento, explorar-se-á a relação traçada por Foucault entre os regimes de verdade e os regimes jurídico-políticos, dando destaque à investigação sobre a racionalidade política moderna. Em um terceiro momento, o foco recairá sobre a análise que Foucault fez de alguns procedimentos de manifestação da verdade característicos do cristianismo primitivo: o batismo, a penitência e a direção de consciência. Em quarto lugar, a atenção recairá sobre duas obrigações constitutivas da subjetividade cristã, a obediência e a confissão. Por fim, pretende-se concluir o artigo apontando para a íntima relação entre a subjetividade cristã e o poder pastoral.

2. O cristianismo no pensamento de Foucault

Até pouco tempo atrás, era pouco visível a presença do cristianismo no pensamento de Foucault. Isso porque, em seus livros publicados em vida, até 1984, esse tema não tinha realmente grande destaque. Podemos até encontrar, aqui e ali, por exemplo em *Vigiar e Punir* e nos três volumes da *História da Sexualidade*, algumas referências ao cristianismo, como vemos a propósito da genealogia das técnicas punitivas e das técnicas confessionais (FOUCAULT, 1975; FOUCAULT, 1976; FOUCAULT, 1984a; FOUCAULT, 1984b). Mas, apesar dessas passagens, nada conferia ao cristianismo algum tipo de centralidade no pensamento de Foucault.

Com a publicação dos *Ditos e Escritos* em 1994, percebeu-se que não eram poucas as referências de Foucault ao cristianismo, especialmente a partir do final dos anos 1970 (FOUCAULT, 2001a). Em diversos textos dessa época, como observa Jeremy Carrette, vemos o cristianismo ser retratado a partir das análises sobre as práticas confessionais, sobre os processos de subjetivação, sobre o poder pastoral, sobre a direção de consciência cristã e estoica, sobre a escrita de si e sobre a questão da castidade e do uso dos prazeres (CARRETTE, 2000). Em geral, essas referências estão relacionadas aos temas que ele vinha abordando em seus cursos no *Collège de France* a partir de 1978.

Mas, embora fosse perceptível o interesse de Foucault pelo tema, ainda faltava uma fonte mais substancial de pesquisa. Ao leitor mais desprevenido, poderia parecer que se tratava de um interesse lateral de Foucault, ou talvez de um tema que ele pretendia explorar mais no futuro, mas que a morte o teria impedido. Mas a publicação, aos poucos, dos cursos no *Collège de France*, que se arrastou ao longo de quase vinte anos, de 1997 até o ano passado, foi paulatinamente mudando essa percepção. A publicação na França em 2001 de *A hermenêutica do sujeito*, curso dado por Foucault em 1982, trouxe ao público uma análise do cristianismo em contraste com o estoicismo, a partir do cuidado de si e da relação entre sujeito e verdade (FOUCAULT, 2001b). Em 2004, a publicação de *Segurança, Território,*

População, curso dado em 1978, permitiu aos leitores de Foucault ter acesso a mais detalhes sobre sua reflexão acerca do poder pastoral (FOUCAULT, 2004a). E, recentemente, em 2012, a publicação do curso dado no *Collège de France* em 1980, intitulado *Du gouvernement de vivants* (e da tradução brasileira *Do governo dos vivos*, publicada em 2014), permitiu que os leitores de Foucault tivessem acesso a uma nova e consistente reflexão sobre o cristianismo (FOUCAULT, 2012a).

Nesse curso, encontramos um estudo bem detalhado do cristianismo primitivo e dos escritos dos padres da Igreja, como Tertuliano (apologista cristão do século II-III nascido em Cartago e primeiro autor cristão a produzir obra em latim), João Cassiano (monge de Marselha e teólogo cristão do período patrístico, do século IV-V), Clemente de Alexandria (apologista cristão grego, nascido em Atenas, do século II), Santo Hipólito (o mais importante teólogo do século III da Igreja Antiga em Roma), Irineu de Lyon (bispo grego e importante teólogo do século II), São Jerônimo (o famoso teólogo do século IV que traduziu a Bíblia para o latim) e Santo Ambrósio (arcebispo de Milão do século IV).

Soma-se ainda a esse material a recente publicação, também em 2012, do ciclo de cursos dado em Louvain por Foucault em 1981, sob o título *Mal faire, direvrai: Fonctions de l'aveuen justice* (Agir mal, dizer a verdade: funções da confissão na justiça) (FOUCAULT, 2012b). Essas publicações, sem dúvida, fizeram nascer um novo olhar sobre a relação de Foucault com o cristianismo. E, nesse sentido, a possível publicação do manuscrito ainda inédito do quarto volume da *História da Sexualidade*, intitulado *Lesaveux de lachair* (As confissões da carne), poderia acrescentar mais um material extremamente relevante.

O crescimento do interesse entre os estudiosos de Foucault pelo tema do cristianismo é bastante visível. No Brasil, por exemplo, foi realizado em 2010 na UFSC o I Fórum Internacional de Estudos Foucaultianos, centrado no tema “O cristianismo em Michel Foucault”, que contou com a presença de Philippe Chevalier, que no ano seguinte publicou na França o livro *Michel Foucault et Le christianisme* (CHEVALIER, 2011). Os trabalhos apresentados nesse evento (juntamente com outras contribuições, como a de Michel Senellart, editor dos cursos de Foucault no *Collège de France* de 1978, 1979 e 1980) foram depois publicados no Brasil no livro *Foucault e o cristianismo* (CANDIOTTO & SOUZA, 2012). E esse foi apenas o começo para uma série de artigos e comunicações sobre o tema.

Mas, como Foucault entende o cristianismo? No curso *Do governo dos vivos*, Foucault apresenta o cristianismo como uma religião que acopla fé e confissão, ou seja, que liga o reconhecimento da verdade divina (a fé) com a manifestação da verdade de si (a confissão). Essa seria uma definição geral, que vale, apesar das diferenças evidentes nas práticas e também nas construções teológicas, tanto para o cristianismo medieval e tridentino, quanto

para os primeiros padres cristãos gregos e latinos do século II ao século IV, no seio do chamado *primeiro cristianismo* ou *cristianismo primitivo*, que será privilegiado por Foucault em suas análises de 1980.

E por que Foucault se interessou pelo tema? Entendo que seu interesse pelo cristianismo (ou mais exatamente pelas práticas cristãs) é claramente guiado por um projeto maior: descrever o longo processo de elaboração da subjetividade do homem ocidental, mostrando as conexões entre subjetividade, verdade e poder. Trata-se de um estudo do cristianismo na perspectiva da história do sujeito. Em suma, Foucault prossegue nesse curso seu trabalho de genealogista da subjetividade ocidental. Em outras palavras, como ressaltam Anthony Manicki e Michel Senellart, o que Foucault se propõe a fazer não é exatamente uma análise do cristianismo, mas sim uma análise genealógica dos modos de ligação do sujeito com a verdade no Ocidente (MANICKI, 2012; SENELLART, 2012).

Como é comum em suas análises genealógicas, Foucault, ao analisar o cristianismo antigo, não tem por objetivo construir uma síntese exaustiva dele, mas sim seguir as pistas que interessam mais de perto ao seu projeto. Sendo assim, Foucault realiza exclusões que, para um historiador, podem ser vistas como arbitrárias e condenáveis. Enfim, nada de novo sobre isso: mais uma vez vemos Foucault deixando os historiadores incomodados. Convém lembrar ainda que, em uma perspectiva genealógica, não se trata de buscar a “origem” (*Ursprung*) ou a “significação essencial” da mensagem cristã. Não cabe, para Foucault, colocar a questão sobre o cristianismo “puro”, “verdadeiro” ou “originário”. O que importa ao genealogista é a sucessão dos diferentes jogos inseridos nos conflitos de interpretações. Longe de buscar extrair o sentido original, Foucault ressalta a dimensão de acontecimento do cristianismo. E o retrato que se obtém da subjetividade cristã ocidental é, basicamente, como ressalta Philippe Chevalier, a de uma *subjetividade confessante* (CHEVALIER, 2012).

3. Regimes de verdade e regimes jurídico-políticos

No curso *Do governo dos vivos*, Foucault estabelece uma clara e profunda associação entre verdade e poder. A tese sustentada por Foucault é de que o exercício do poder é sempre acompanhado, de uma maneira ou de outra, por uma determinada manifestação de verdade. O que Foucault defende não é exatamente a existência de certos conhecimentos que são utilizados no exercício do poder. É algo mais profundo e amplo do que isso: trata-se de afirmar que não há exercício de poder sem algo como uma *aleurgia*, entendida como um regime de verdade, ou seja, um conjunto de procedimentos que abre o campo daquilo que pode “estar na verdade” e que obriga os indivíduos a certos atos de verdade.

Segundo Foucault, a verdade não obriga por si mesma. Sendo assim, é falsa a imagem de uma verdade cuja força se imporia nela mesma. Em outras palavras, a verdade não é *rex sui*, ou seja, ela não administra seu próprio império. O discurso verdadeiro está sempre inserido em um determinado regime de verdade, com práticas, instituições e obrigações definidas. O projeto de Foucault consiste em estudar os regimes de verdade, ou seja, o tipo de relação que vincula entre si as manifestações de verdade e seus procedimentos. Não se trata, propriamente, da “história da verdade”, mas sim uma “história da força da verdade”, uma espécie de história do poder da verdade, ou, em termos nietzschianos, uma história da *vontade de saber* no Ocidente.

Foucault ressalta que existem várias formas possíveis da *aleurgia*, o que explica os diversos saberes que sempre circularam pela órbita do exercício do poder. Nessa órbita já estiveram os adivinhos, os magos, os astrólogos e as bruxas. Recentemente, ela veio a ser ocupada por novos saberes científicos, encarnado, entre outros, pelos juristas, economistas e cientistas sociais. Foucault associa então um novo regime de verdade à constituição da *Razão de Estado* nos séculos XVI e XVII. Essa nova “arte de governar”, que levou a cabo uma verdadeira “caça às bruxas”, deu forma à racionalidade política moderna, que, na leitura de Foucault, é apoiada, em grande medida, em técnicas características do poder pastoral.

Foucault coloca a seguinte questão como central em seu curso de 1980 no *Collège de France*: “De uma maneira geral, os temas que eu gostaria de abordar este ano são esses: como, em nossa civilização, foram constituídas as relações entre o governo dos homens, a manifestação da verdade na forma da subjetividade e a salvação para todos e cada um?” (FOUCAULT, 2012a, p. 74). Em suma, Foucault associa a questão do governo dos homens ao regime de verdade no cristianismo, especialmente aquele que foi construído nas sociedades monacais desde os primeiros séculos cristãos, defendendo que no interior desse regime de verdade se articula um regime jurídico-político tipicamente moderno. Na aula de 30 de janeiro de 1980, Foucault coloca da seguinte forma as questões centrais que movem sua investigação:

Delimitamos agora melhor o problema: por que e como o exercício do poder em nossa sociedade, o exercício do poder como governo dos homens, exige não apenas atos de obediência e de submissão, mas atos de verdade? [...] Por que, nessa grande economia das relações de poder, se desenvolveu um regime de verdade indexado à subjetividade? Por que o poder exige dos indivíduos que digam não apenas ‘eis-me aqui, eu que obedeço’, mas sim que digam, além disso, ‘eis o que sou, eu que obedeço, aí está o que eu sou, o que eu vi e o que eu fiz’? (FOUCAULT, 2012a, p. 80-1).

Como ressalta Nildo Avelino, o estudo da governamentalidade, que foi desenvolvido por Foucault mais ou menos na mesma época, em especial nos cursos *Segurança, Território, População*, de 1978 (FOUCAULT, 2004a), e *Nascimento da Biopolítica*, de 1979 (FOUCAULT, 2004b), é retomado por Foucault no eixo verdade-subjetividade, deslocando-se o esquema poder-saber para o tema do governo dos homens (AVELINO, 2008). No seio desse novo projeto, Foucault se propõe a empreender uma genealogia das formas da obediência moderna.

4. Procedimentos cristãos de manifestação da verdade

Foucault identificou no seio do pensamento e da prática dos primeiros cristãos uma complexa relação entre subjetividade e verdade, expressa na ideia de que é preciso que cada um mostre a sua verdade. Temos aqui uma espécie de história do “diga-me quem tu és”. Sem essa confissão de si, entende os cristãos, não modificamos nossa maneira de ser e nunca chegamos à verdade, à purificação e à salvação. Essa relação entre subjetividade e verdade assume, evidentemente, diferentes formas no cristianismo: provação da alma no batismo, publicação de si na penitência e a exploração dos segredos de si na direção de consciência. Em qualquer uma dessas formas, de acordo com Foucault, a obrigação de dizer a verdade sobre si mesmo nunca cessou no cristianismo, nem nas sociedades ocidentais. Vejamos um pouco mais de perto cada uma dessas práticas: o batismo, a penitência e a direção de consciência.

Sobre o batismo, Foucault empreende um estudo bastante detalhado acerca de sua natureza e de sua função no seio do cristianismo primitivo, tomando por base, especialmente, as considerações feitas por Tertuliano no *Didaqué* ou “O ensino dos doze apóstolos”, uma obra do século II que constitui a fonte mais antiga sobre o batismo cristão. Visto como um ritual de purificação, o batismo levantava a questão sobre se seria possível pecar após ser purificado. A tendência teológica que prevaleceu foi a de ver no batismo uma iluminação que deve ser constantemente reanimada pelo cristão. Ou seja, o movimento de conversão deve ser insistentemente repetido, pois vivemos sob a ameaça constante do pecado, sem repouso possível. O pecado, longe de ser um acontecimento particular, que antecederia o batismo, é visto como algo inscrito na própria condição humana. Daí a necessidade constante de o cristão confessar os seus pecados e fazer regularmente penitência, para poder voltar sem cessar para Deus.

Essa concepção antropológica do homem pecador cristão é bem diferente da imagem comum na Antiguidade, especialmente no estoicismo, de uma verdade incorporada pelo uso da razão. Para os antigos, a verdade, uma vez adquirida pelo sábio, parece fixada. Já na

concepção cristã, a iluminação da verdade é incessantemente perdida e retomada, cada recaída exige um novo esforço de reaproximação com Deus. Em razão disso, Foucault sustenta que o cristianismo é a “religião da salvação na imperfeição”, uma vez que, para a salvação, não se exige a perfeição do homem, mas sim o reconhecimento de sua imperfeição. Para ser salvo, é preciso aceitar sua natureza pecadora e desprezar a si mesmo. O cristianismo vê na associação entre perfeição e salvação um produto do egoísmo e do orgulho, faltas graves que impediriam a comunhão espiritual com Deus e a própria salvação. Nesse sentido, o esforço teológico cristão foi na direção de construir uma religião da salvação sem pessoas perfeitas.

Outro tema que mereceu uma atenção especial de Foucault no curso de 1980 foi o ato de penitência (*metanoia* em grego). Mais uma vez, é Tertuliano que servirá de guia dessa reflexão, especialmente os textos *De paenitentia* e *De baptismo*. Em suma, de acordo com a análise de Foucault, a penitência é vista como uma manifestação da verdade do próprio pecador ao olhar de Deus, uma espécie de afloramento à superfície da verdade profunda da alma. Em princípio, a penitência era vista como uma preparação para o batismo, um conjunto de exercícios e provações pelos quais seria preciso passar para se atingir a iluminação e a purificação. Mas essa imagem da penitência, como uma preparação inicial, modifica-se nos primeiros séculos de nossa era, de modo que a vida inteira do cristão deve ser vista como uma penitência.

Por fim, outra prática destacada por Foucault é a direção de consciência, que, embora seja bem antiga, teria adquirido no cristianismo uma nova feição. Na verdade, além de não nascer com o cristianismo, a direção de consciência, segundo o estudo de Foucault, teria um aparecimento tardio no próprio cristianismo, vindo a surgir somente no século IV em associação com o monaquismo, bem depois da direção de consciência praticada pelos estoicos no período imperial.

Foucault compara a direção de consciência estoica, como vemos em Sêneca, com a cristã, como vemos em João Cassiano. Enquanto a direção de consciência estoica é voluntária, circunstancial e orientada para o domínio de si do sujeito, a direção de consciência cristã é obrigatória, permanente e orientada para a destruição da vontade do sujeito. Para os estoicos, o fim é a *autarquia* ou autodomínio, de modo que o sujeito se examina para se tornar senhor de si, para se guiar por si mesmo e por sua própria razão. Sendo assim, a obediência ao mestre é apenas uma passagem necessária para que o sujeito possa, ao fim do processo, deixar de obedecer e tornar-se mestre de si. Já a finalidade da direção de consciência cristã é a própria obediência, a submissão a outrem e a destruição da vontade própria. Esse é visto por Foucault como o coração da subjetivação cristã.

Como ressalta Cesar Candiotto, o que Foucault pretende mostrar nessa comparação entre o cristianismo e o estoicismo é como a relação de obediência, o exame de consciência e a relação com a verdade deixaram de ter o mesmo sentido e a mesma ênfase a partir do século IV no interior do cristianismo. O interesse de Foucault por essa transformação tem uma clara motivação: esse seria um capítulo importantíssimo na investigação genealógica da constituição da subjetividade ocidental (CANDIOTTO, 2012).

5. Subjetividade cristã: obedecer e confessar

Como se pode perceber, através da análise que Foucault realizou do batismo, da penitência e da direção de consciência, uma série de práticas e dispositivos constituem a subjetividade cristã e, por consequência, a subjetividade ocidental. No fundo, as práticas cristãs parecem dar duas ordens básicas: obedecer e dizer! Aos olhos de Foucault, a salvação não passaria de um pretexto pelo qual o cristianismo justificou a pretensão de governar o conjunto dos homens em sua vida mais cotidiana. Vejamos, então, com um pouco mais de detalhe, essas duas obrigações: obedecer e dizer a verdade sobre si mesmo.

Começemos pela obrigação de obedecer completamente ou de nada querer por si mesmo. No cristianismo, como acentua Foucault, a obediência é exaltada por si mesma e transformada em uma maneira de ser: é preciso atingir o estado de obediência permanente e definitivo e tornar-se obediente. É conhecida a definição da moral cristã como uma moral voluntarista, centrada na ideia de respeito à vontade do Pai. A imagem do bom filho, obediente, que segue as ordens de Deus, é central no cristianismo. Foucault tenta nos mostrar o processo no qual os indivíduos foram constrangidos em seus discursos e práticas a não apenas dizerem “sim, eu obedeço!”, mas a acrescentarem a isso um ato de convicção que reforça: “eu que obedeço, eis aquilo que sou! Eis o que quero! Eis o que faço! Eis o que penso!”

A obediência, na leitura realizada por Foucault, é constituída pela *submissão*, entendida como uma atitude geral em relação aos outros, pela *paciência*, entendida como uma atitude geral em relação ao mundo exterior, e pela *humildade*, entendida como uma relação consigo mesmo. A soma dessas três atitudes no cristão seria inseparável da *renúncia de si* pela eliminação completa da vontade própria. Em outras palavras, é preciso que não haja outra vontade a não ser a vontade de não ter vontade alguma. A salvação depende disso: dessa capacidade de renunciar à própria vontade para obedecer integralmente à vontade de Deus.

Para sustentar essa leitura, Foucault oferece o exemplo de João Cassiano, monge de Marselha da virada do século IV para o V que presenciou a vida cenobítica no Egito e introduziu esse modelo monástico oriental no Ocidente cristão. Cassiano relata o processo ao

qual era preciso que uma pessoa se submetesse para entrar em uma comunidade cenobita. Primeiro, o noviço ficava dez dias na porta do monastério, sendo rejeitado, desprezado, humilhado e coberto de injúrias e reprovações. Depois, ele permanecia um ano na entrada do monastério, nos cômodos reservados aos estrangeiros e visitantes, sob a direção de alguém. Enfim, ele era aceito no monastério, mas como noviço governado por alguém, que se ocupava de sua educação e formação. Em suma, era preciso dar provas de paciência e submissão, demonstrando a capacidade de aceitar tudo o que era imposto. O monge submetia-se indefinidamente à direção de um mestre, quando deveria então aprender a vencer sua vontade. Nesse processo, devia cumprir ordens e mais ordens contrárias às suas inclinações. O objetivo era justamente ensinar a virtude da obediência, uma obediência que deveria ser exaustiva e perfeita, ao ponto de se obedecer em tudo e nada mais querer por si mesmo.

João Cassiano ressaltava ainda que o mestre era, muitas vezes, alguém inculto, sem erudição alguma, um verdadeiro rústico. Podia ser ainda alguém injusto, que dava ordens detestáveis. Ou seja, o dever de obrigação prescindia de qualquer qualificação do mestre. Isso porque a obediência tinha valor em si mesmo. Mais do que obedecer a princípios razoáveis de conduta, tratava-se de desenvolver a *atitude de obediência*. Ser obediente era uma virtude, pouco importando a quem se obedecia ou porque se obedecia. É preciso obedecer e ponto, por mais absurda que seja a ordem. Aliás, quanto mais absurda a ordem, mais perfeita a obediência, pois nesse caso o indivíduo dá provas de que renunciou completamente à sua vontade e de que se colocou inteiramente à disposição da vontade de Deus.

Como observa Foucault, não se trata de obedecer em razão de algum fim exterior à relação de obediência. Obedece-se para se tornar obediente, para se atingir o *estado de obediência* total e permanente. Nesse estado, a obediência se torna uma maneira de ser anterior a qualquer ordem. E esse estado de obediência não deve ser entendido como uma passagem, um momento que antecede outro, no qual não mais precisamos obedecer. Trata-se, ao contrário, de um estado no qual o monge deve permanecer até o fim da vida. Como diz Foucault, a obediência é, ao mesmo tempo, condição e objetivo da direção de consciência.

E a outra obrigação ressaltada por Foucault é a confissão (*l'aveu*) ou a obrigação de nada esconder e de dizer tudo sobre si mesmo. Associado ao dever de obediência está o dever de tudo mostrar sobre si mesmo. O cristão deve obedecer tudo e nada esconder, fazendo com que todos os segredos de sua alma venham à luz. Não há salvação possível para o cristão sem confissão constante de sua verdade íntima, a verdade de seu desejo.

Foucault mostra que, antes mesmo da instituição no medievo da confissão auricular (na orelha do padre), praticava-se, no cristianismo primitivo, diversos rituais de confissão pública. Nesse sentido, Foucault analisa a prática da *exomologese*, termo que será traduzido

em latim por *confessio*, que diz respeito a uma segunda penitência, no caso de recaída após o batismo, na qual o cristão deve manifestar publicamente que se reconhece pecador. Isso se dá por meio de uma dramatização, na qual a narrativa dos pecados cometidos é absolutamente secundária frente à cena de choros, gritos, gemidos e humilhações.

Outra prática mais discreta e silenciosa, surgida depois, é a *exagorese*, que constitui um discurso perpétuo de si, de cada um de seus atos e pensamentos. Ao invés de uma exposição pública e dramatizada, como na *exomologese*, trata-se de um exame da própria consciência acompanhado de uma verbalização exaustiva de todos os mínimos movimentos do pensamento. Assim, um sussurro ininterrupto vem se somar ao grito espetacular do pecador. A necessidade de o cristão se examinar exaustivamente, o tempo inteiro, e dizer toda a verdade sobre si mesmo, especialmente sobre seus desejos mais ocultos, colocando tudo na luz e nada escondendo, é então enfatizada.

Segundo Foucault, esse ato de confessar o que ocorre dentro de si mesmo, aliado à humilhação e à vergonha que esse ato implica, constitui um passo decisivo para que a verdade seja extraída e o sujeito se liberte do Mal. Para os cristãos, a tendência a esconder nossos pensamentos, a deixar nossos desejos na sombra, serve de refúgio para o Mal vir e se alojar em nossa alma. A recusa a falar de si mesmo e a vergonha em verbalizar o que se passa dentro de si, de trazer à luz nossos desejos mais recônditos, são sinais indubitáveis da presença do Mal. Sobre esse ponto, Foucault relembra a concepção segundo a qual Satã seria o anjo da luz que, após seu desvio, fora condenado às trevas. Sendo assim, o diabo moraria nas sombras, no não-dito, no oculto, na obscuridade dos maus pensamentos, nas dobras da alma onde a luz não penetra. E, portanto, a expulsão de Satã e a salvação da alma dependem da claridade e da transparência. Por isso, o cristão tem como tarefa permanente exorcizar o mal pela verbalização, dizer tudo sobre si de modo a se tornar totalmente transparente.

6. Considerações finais: subjetividade cristã e poder pastoral

Se, ao longo deste artigo, foi ressaltada a importância que a reflexão sobre o cristianismo tinha para Foucault, como parte de sua investigação genealógica da constituição da subjetividade ocidental, gostaria agora, nas observações finais, de apontar para outra conexão, dessa vez com o poder. Como foi dito, o processo de elaboração da subjetividade do homem ocidental relaciona para Foucault os domínios da subjetividade, da verdade e do poder, sendo o cristianismo estudado na perspectiva de uma história do sujeito, sem deixar de lado os efeitos de poder e de verdade que são produzidos. Gostaria, então, de concluir apontando para a questão política.

Ao aproximarmos a reflexão de Foucault sobre o cristianismo, desenvolvida, sobretudo, no curso *Do governo dos vivos* (1980), com a investigação sobre a governamentalidade e a racionalidade política moderna, que Foucault vinha desenvolvendo mais ou menos na mesma época, desde o curso de 1978, intitulado *Segurança, Território, População*, percebemos alguns interessantes pontos de contato. A ênfase que Foucault coloca na obediência (nada querer por si mesmo) e na confissão (tudo dizer sobre si mesmo), como centrais na atitude cristã, possui uma clara aproximação com o desenvolvimento do poder pastoral.

No poder pastoral, exige-se dos governados uma postura de rebanho, dócil e obediente. Além disso, cada ovelha deve ser objeto de um saber individualizado, deve ser integralmente conhecida por seu pastor. Ou seja, é preciso que o pastor, para guiar adequadamente seu rebanho, conheça profundamente cada uma de suas ovelhas. O bom pastor é justamente aquele que não abandona nenhuma ovelha desgarrada, que sabe conduzir todas sem deixar nenhuma pra trás. Em suma, o pastor exerce um poder sobre todos (sobre o rebanho inteiro) e sobre cada um (sobre cada ovelha tomada individualmente). Ele governa uma população, sem se esquecer de nenhum indivíduo. Como diz Foucault: *omnes et singulatim* (todos e cada um).

Foucault defende, em sua análise sobre a governamentalidade moderna, que esse modelo pastoral de governo nascido no cristianismo, especialmente no seio dos mosteiros, teria, posteriormente, se expandido para fora do domínio religioso e conformado a racionalidade política moderna. Segundo Foucault, o poder na modernidade funcionaria, em diferentes aspectos e cada vez mais, de modo pastoral: governam-se todos e cada um. Ao mesmo tempo em que se regula uma população, por meio de mecanismos biopolíticos ou de segurança, também se disciplinam os indivíduos através de dispositivos disciplinares. O poder moderno é, em grande medida, pastoral, ele tem um olho voltado para o rebanho e outro para as ovelhas. E, para ser bem sucedido, ele também precisa contar com a obediência e a confissão de seus governados. É preciso que as ovelhas sejam dóceis, submissas, e que sejam também tornadas transparentes, conhecidas profundamente em sua individualidade. É essa, como se sabe, a função do poder disciplinar: conhecer exaustivamente os indivíduos com o fim de torná-los dóceis, disciplinados, produtivos, úteis à sociedade.

Em suma, é evidente a aproximação entre as práticas políticas modernas e a tecnologia pastoral: do rebanho à população, da ovelha para o indivíduo governado, da vigília do pastor para a vigilância, do olhar de Deus (que tudo vê) para o panóptico (que tudo vigia). Temos aqui uma estratégia em comum: o jogo da totalização somado ao da individualização. E temos também um objeto comum: a vida governada por um poder que investe, vela e cuida. Em

resumo, os séculos XVI, XVII e XVIII, que correspondem, na leitura que Foucault faz da história da governamentalidade, ao período no qual se desenvolveram as modernas técnicas de governo, foram marcados pela incorporação na política do modelo pastoral e das “tecnologias de rebanho”. Nesse sentido, o cristianismo, e mais especificamente as práticas monásticas de renúncia da própria vontade (a obediência integral) e de revelação exaustiva de si (a confissão exaustiva), é uma peça fundamental na conformação do poder pastoral e, por extensão, da configuração da racionalidade política moderna.

Referências:

AVELINO, N. Do governo dos vivos: uma genealogia da obediência. In: BASSETTO, S. (org.) *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, violência e exclusão*. São Paulo: ANPUH, 2008.

CANDIOTTO, C. As religiões e o cristianismo na investigação de Foucault: elementos de contexto. In: CANDIOTTO, C.; SOUZA, P. (orgs.). *Foucault e o cristianismo*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 15-22, 2012.

_____. A prática da direção de consciência em Foucault: da vida filosófica à vida monástica cristã. In: CANDIOTTO, C.; SOUZA, P. (orgs.). *Foucault e o cristianismo*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 93-110, 2012.

CANDIOTTO, C; SOUZA, P. (orgs.). *Foucault e o cristianismo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

CARRETTE, J. *Foucault and religion: spiritual corporality and political spirituality*. London / New York: Routledge, 2000.

CHEVALIER, P. O cristianismo como confissão em Michel Foucault. Trad. Pedro de Souza e Maria José Werner Salles. In: CANDIOTTO, C.; SOUZA, P. (orgs.). *Foucault e o cristianismo*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 45-55, 2012.

FOUCAULT, M. *Surveiller et punir: naissance de la prison*. Paris: Gallimard, 1975.

_____. *Histoire de la sexualité I: la volonté de savoir*. Paris: Gallimard, 1976.

_____. *Histoire de la sexualité II: l’usage des plaisirs*. Paris: Gallimard, 1984a.

_____. *Histoire de la sexualité III: le souci de soi*. Paris: Gallimard, 1984b.

_____. *Dits et Écrits*, vol. 2: 1976-1988. Paris: Gallimard, collection « Quarto », 2001a.

_____. *L'Herméneutique du sujet: cours au Collège de France* (1981-1982). Paris: Seuil/Gallimard, 2001b.

_____. *Sécurité, territoire, population: cours au Collège de France* (1977-1978). Paris: Seuil/Gallimard, 2004a.

_____. *Naissance de la biopolitique: cours au Collège de France* (1978-1979). Paris: Seuil/Gallimard, 2004b.

_____. *Du gouvernement des vivant: cours au Collège de France, 1979-1980*. Paris: EHESS, Gallimard, Seuil, 2012a.

_____. *Mal dire, dire vrai: fonction de l'aveu en justice – cours de Louvain, 1981*. Louvain: Presses Universitaires de Louvain, 2012b.

MANICKI, A. Técnicas de si e subjetivação no cristianismo primitivo: uma leitura do curso *Do governo dos vivos*. Tradução de Pedro de Souza. In: CANDIOTTO, C.; SOUZA, P. (orgs.). *Foucault e o cristianismo*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 57-72, 2012.

SEHELLART, M. Verdade e subjetividade: uma outra história do cristianismo? Tradução de Cesar CandiOTTO e Pedro de Souza. In: CANDIOTTO, C.; SOUZA, P. (orgs.). *Foucault e o cristianismo*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 73-92, 2012.

Christianity and modern political rationality in Michel Foucault

Abstract: Based on *On the Government of the Living*, a course taught by Michel Foucault in 1980 at the *Collège de France* and published only recently in 2012, the article intends to follow the reading of early Christianity and its relation to modern political rationality (keeping in mind that in Foucault's approach regimes of truth are always articulated to regimes of power). Foucault studies different procedures of manifestation of truth and several practices and devices (such as baptism, confession, penance, and the direction of conscience) that constitute Christian subjectivity and, consequently, Western subjectivity. In his reading, Foucault highlights two basic obligations for the functioning of pastoral power (which will tend to extrapolate the field of religious practices to invade the domain of politics in modernity): obey completely (do not want anything by yourself) and do not hide anything (tell all about yourself).

Keywords: Foucault; Christianity; Modern Political Rationality; *On the Government of the Living*

Data de registro: 30/09/2016

Data de aceite: 30/03/2017